



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15741 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd - Sudeste (2024)
 ISSN: 2595-7945
 GT 08 - Formação de Professores

POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO ESPÍRITO SANTO: O CONTEXTO DO TEXTO E A FORMAÇÃO CONTINUADA
 Brenda Martins Xavier - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - FACULDADE DE EDUCAÇÃO

POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO ESPÍRITO SANTO: O CONTEXTO DO TEXTO E A FORMAÇÃO CONTINUADA

O presente trabalho tem como objetivo apresentar resultados parciais de uma pesquisa de doutorado em andamento que investiga através da ótica de Ball (1994, 2021) a Política de Formação de Professores do estado do Espírito Santo. O foco deste resumo expandido se dá no contexto do texto que foi divulgado por uma portaria.

Dentro do cenário brasileiro, é possível perceber a escassez e descontinuidade de políticas de formação continuada de professores e acompanhamento dos professores em início de carreira. Sendo assim, o texto da Política de Formação de Professores do Espírito Santo se torna um texto que precisa ser estudado, já que atuará como contexto de influência para políticas de outras redes.

A metodologia utilizada para análise do contexto do texto foi a consulta a documentos, visto que se trata de um texto político que foi lido e analisado durante o percurso desta pesquisa. Contagem de palavras, separação de temáticas, relação com dados fornecidos por órgãos federais e estaduais são os dados entrelaçados com o texto da portaria 185-R publicada em 21 de dezembro de 2018 que promulga a política de formação de professores.

A Política de Formação de Professores do Espírito Santo discute principalmente os eixos de formação inicial, acompanhamento dos professores iniciantes e formação continuada de professores. Sendo assim, assumo por formação continuada um contínuo que começa quando o professor inicia sua atividade profissional e abarca atividades de formação docente

por toda sua carreira. São consideradas quaisquer atividades que o docente faça visando seu exercício profissional como cursos de extensão, pós-graduação, cursos ofertados pela rede, etc. A formação continuada também abarca os momentos formativos que ocorrem na escola e tratam das demandas daquela comunidade escolar (Nascimento et al., 2017 e Nascimento et al., 2020).

A análise textual da portaria 185-R do Espírito Santo nos mostram que embora haja investimentos teóricos por parte dos formuladores do texto, há muitas contradições no que é tomado por formação continuada e sua finalidade. Em diversos momentos, o texto da portaria afirma que a finalidade da formação continuada é a melhoria de aprendizagem dos estudantes em avaliações de larga escala, vejamos:

A Política para a Formação de Professores para o Estado do Espírito Santo é entendida como uma política pública na medida em que ela se constitui em um conjunto de ações sistemáticas de governo intencionalmente direcionadas à produção de efeitos específicos, no caso a melhoria da aprendizagem dos estudantes e a valorização dos profissionais que atuam nas escolas públicas capixabas. Ela está fundamentada em um conjunto de ideias, dentre as quais a principal é a visão da docência como uma profissão. (Espírito Santo, 2018, p. 17)

O objetivo principal da formação continuada neste texto parece ser a melhoria de resultados macro avaliativos, ou seja, responsabilização exclusiva dos professores no que é tangente aos resultados dos alunos. Em outros momentos, porém, o texto trata da formação contextualizada com a prática profissional docente:

propõe-se a qualificação dos processos de formação centrados na escola, o que não significa que os professores tenham que ser formados apenas e exclusivamente “entre os muros da escola”, mas sim, que a formação centre-se no contexto organizacional no qual os professores exercem o seu trabalho, proporcionando momentos de troca para conhecimento das características das escolas da rede. (Espírito Santo, 2018, p. 31)

Aqui fica posta uma dicotomia do texto da política pesquisada. Esses momentos contraditórios no texto são comuns, já que as políticas são espaços de disputas e o texto que culmina uma política pública passa por vários debates antes de sua promulgação. A dicotomia entre desenvolvimento profissional e rendimento dos estudantes está posta ao longo de todo o contexto do texto seja em conceituações ou nas estratégias propostas, evidenciando a presença de duas propostas em um único texto.

É necessária uma investigação mais profunda ainda nos contextos de influência e

prática para que as interpretações dos professores que atuam na rede possam ser adicionadas aos dados aqui apresentados. Todavia, destaco inicialmente que a formação continuada deve se voltar para o desenvolvimento profissional dos professores que pode ou não ter como consequência melhores resultados em macroavaliações.

REFERÊNCIAS

BALL, S.J. *Educational reform: a critical and post-structural approach*. Buckingham: Open University Press, 1994.

BALL, S. J.; MAINARDES, J. *Políticas Educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez. 2011.

BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. *Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias*. Tradução Janete Bridon. 2ª edição. Ponta Grossa: UEPG, 2021.

ESPÍRITO SANTO. Portaria Nº 185-R, de 21 de dezembro de 2018. Institui a Política de Formação de Professores do Estado do Espírito Santo. Diário Oficial do Espírito Santo: Vitória, ES, edição 24887, p. 79-102, 27 out 2020.

NASCIMENTO, M. DAS G. C. DE A.; REIS, R. F. DOS. Formação docente: percepções de professores ingressantes na rede municipal de ensino do Rio de Janeiro. *Educação e Pesquisa*, v. 43, n. 1, p. 49–64, jan. 2017.

NASCIMENTO, M. G. C. A. et al. A indução profissional e a formação continuada de professores na rede municipal do Rio de Janeiro: ações desenvolvidas pelas escolas. Rio de Janeiro, 2020.